



A JUVENILIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS: CONTEXTOS E PERCURSOS¹

Autora: Eliana Santos Balestreri

Mestranda do PPEB/UFPA(2017), Professora da Rede Municipal de Castanhal-Pa; Educadora em Saúde /3ºCRS/SESPA - Secretária Estadual de Saúde do Pará. E-mail: elibalestreri@yahoo.com.br

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Maria José Aviz do Rosário

Professora no ICED – Instituto de Ciências da Educação, no Programa de Pós-graduação em Currículo e Gestão da Escola Básica-PPEB/UFPA. E-mail: mrosario@ufpa.br

Universidade Federal do Pará / Instituto de Ciências da Educação/Programa de Pós-graduação em Currículo e Gestão da Escola Básica-PPEB. E-mail: ppebfpa@gmail.com

Resumo: Este artigo refere-se à pesquisa de Mestrado em andamento “A Juvenilização da EJA. Um estudo do fenômeno na E.M. F ‘Irene Rodrigues Titan’ em Castanhal-Pará, no período de 2007 a 2017”, suscitada a partir da problematização da forte presença de jovens-adolescentes turmas de EJA, objetivando apreender quais os fatores que influenciaram a juvenilização da EJA e quais as implicações deste processo na configuração da EJA na contemporaneidade naquela escola. Assim, decorrerá análises de dados constantes em fontes documentais, legislações da modalidade e da escola. Apresentam-se os estudos parciais, obtidos por meio da pesquisa exploratória e de levantamento bibliográfico e documental. Freire, Gadotti e Arroyo, assim com, as pesquisas Haddad e Di Pierro, são os referências âncoras do estudo, encontram-se em Margulis e Carrano, o aporte teórico capaz de fazer os atravessamentos entre juventudes/condição juvenil e EJA, situados nos contextos que implicaram o fenômeno da juvenilização da modalidade.

Palavras-Chave: Juvenilização. EJA. Juventudes. Contexto histórico.

Introdução

Sendo a EJA um construto político e sócio histórico, tem apresentado ao longo dos anos, características que lhe são próprias e que pela transitoriedade histórica foram tomando outras formas, quer seja no âmbito teórico-metodológico, ser seja na configuração de seu público. Seu passado apontava para o atendimento de pessoas adultas e idosas, ratificado pelos programas/projetos de alfabetização de adultos, quando de sua insurgência. Mas, o percurso revela um novo público, o jovem-adolescente e o jovem-jovem impondo sua presença de forma maciça nas salas de aula da EJA, que outrora eram espaços de adultos e/ou idosos. (HADDAD, 2000; BARRETO, 2012)

Esta configuração da modalidade chamada de “juvenilização da EJA”, e mesmo que não seja recente, dados apontam década de 2000, tem atingido percentuais considerações na atualidade. De

¹ Refere-se aos estudos parciais do Projeto de Pesquisa de Mestrado “A Juvenilização da EJA na Escola Municipal de Ensino “Irene Rodrigues Titan” na cidade de Castanhal-Pará, no período de 2007-2017”



certo que o fenômeno não é recente, então porque demandaria estudos sobre ele? Conforme Carrano (2007), porque se constitui num desafio a ser perseguido, uma vez que para além da comprovação empírica e estatística que o fenômeno é real, subjazem questões mais robustas, e socialmente complexas, citado pelo autor como, “[...] um incômodo revelado – frente a sujeitos que emitem sinais pouco compreensíveis e parecem habitar mundos culturais reconhecidos por alguns professores como social e culturalmente pouco produtivos para o desafio da escolarização”.

Assim, tenho como objetivo mais amplo, analisar que fatores que contribuíram ao processo de juvenilização da EJA/Ensino Fundamental na E. M. F. “Irene Titan” no Município de Castanhal/Pará, relacionando-os às possíveis implicações na configuração atual da modalidade, para apreender o percurso político e sócio histórico que influenciaram no processo de juvenilização da EJA; identificar possíveis mudanças no processo de juvenilização para a escola; e, desvelar as implicações que a presença maciça do grupo etário jovem impõe na configuração da EJA naquela escola.

EJA em contextos e seus sujeitos juvenis

No contexto político e econômico, de cunho internacional, da metade do século XX, com a necessidade de melhorar as taxas de analfabetismo, como símbolo de desenvolvimento do país, a Educação de Jovens e adultos ganha espaço na política educacional brasileira, por meio de Campanhas Nacionais em favor da educação de adultos, que inicialmente obtiveram resultados significantes, sendo criadas escolas supletivas noturnas, e suscitados debates sobre o analfabetismo, e a educação de adultos no campo teórico-pedagógico, uma vez que havia um pensamento hegemônico de culpabilidade do sujeito iletrado, considerando-o como a causa do subdesenvolvimento do país, em detrimento a verdadeira posição deste sujeito, como produto social das relações políticas, sociais e econômicas do país. (SAVIANI, 2000; HADDAD, DI PIERRO, 2000)

A EA - Educação de Adultos se reverbera (mesmo que nos espaços informais) na expoência de Paulo Freire, na década de 1950, por meio de concepção da educação dialógica, apresentando um conjunto de elementos teóricos, que questionavam um modelo de sociedade que oprime e impede a transformação de uma sociedade mais justa e igualitária, Freire (1992) apontava para a configuração de educação que lhe permite ler o mundo e suas relações que o circundam, para além da simples decodificação de sinais. (GADOTTI, 1998)



No contexto da ditadura militar a ação mais determinante, para o EA, foi o MOBREAL - Movimento Brasileiro de Alfabetização, propunha uma alfabetização funcional, visando "conduzir a pessoa humana a adquirir técnicas de leitura, escrita e cálculo", porém, distinta dos ideais freirianos e que se mostrou ineficiente. (HADDAD, PIERRO, 2000)

Os contextos trilhados pela EJA adentram no processo da democratização do Brasil, como política educacional de direito social subjetivo, conforme descrito na Constituição Federal de 1988, no art. 208, tornando ensino fundamental obrigatório e gratuito, inclusive para os que a ele não tiveram acesso na idade própria, e sendo regulamentada como modalidade de ensino na LDB 9394/96. (BRASIL, 1988; BRASIL, 1996)

A atual configuração da EJA é formada em sua grande parte por jovens em idade de 15 a 29 anos, fenômeno chamado por alguns autores como juvenilização ou rejuvenescimento da EJA, levando à reflexão, da urgente e necessária discussão acerca desta "nova" configuração que a EJA e as imbricações que se apresenta no contexto do século XXI, repensando seus sujeitos juvenis no desafio de ressignificar-se enquanto escolarização de sujeitos de direitos. (ARROYO, 2015; CARRANO, 2007)

Esperançosamente, referendo novamente professor Miguel Arroyo (idem), para finalizar esse tópico, de que a EJA poderá ser reconfigurada a partir do desvencilhamento das visões reducionistas que historicamente fomos direcionados a enxergar os jovens-alunos da EJA, para vê-los além – no protagonismo social e cultural desses tempos de vida –, e este feito necessita em primeiro, uma intencionalidade política, acadêmica, profissional e pedagógica, e isso me lembrou de uma frase do Saramago²: Se podes olhar, vê. Se vê, repara.

Efetivamente para desdobrar este estudo, considera premente, refletir e problematizar sobre o sujeito jovem, que se encontra no centro dessa investigação. Compreender que o campo juventude da EJA, é capaz de produzir aproximações e atravessamentos por/entre outros campos, revelando sob muitos aspectos, a pluralidade existente na definição do que ser jovem/juventude, como um conceito polissêmico, transitando entre os campos da Biologia, da Psicologia e da Sociologia, só acarretando sentido, portanto ser abordado e analisado a partir dessa medida relacional. (MARGULIS, 1996; PEREQUINO, 2006)

Partir de Mannheim (1968) e Erikson (1987) Margulis reuniu elementos para discorrer sobre o conceito de moratória vital e moratória social, no estudo sobre juventude. A primeira descreve como condição *sine qua non* da juventude em qualquer tempo histórico, classe social e sociedades,

² Ensaio sobre a Cegueira (1995)



refere-se a uma característica própria da condição juvenil, um “capital vital”, que é energético e estético, mormente refletido no sentimento de invulnerabilidade presente nos jovens, e que por essa condição, torna-se produto cobiçado, e, portanto mercadologicamente negociado. A segunda, seria a procrastinação das responsabilidades advindas com a maturidade, podendo se ater a experimentação da situação da vida adulta com menor grau de cobrança, “ganhando” um tempo a mais para estudar, para o lazer e decisões para a vida futura, sobretudo dos jovens das classes abastadas, neste sentido, a moratória social, pode ser uma demarcação simbólica na transição para vida adulta na sociedade moderna – especialmente das classes dominantes – nunca das classes subalternas – dada a extinção dos rituais de passagem existentes nas sociedades primitivas. No entanto, deve-se saber que este “plus” depende de cada sociedade/classe social, sendo para uns, dispensado maior ou menor tempo, e pra outros, a exemplo das classes populares nem permitido. (CARRANO, 2006; GROppo, 2015; PEREGRINO 2011)

Mas de quem estamos falando mesmo? O sujeito jovem da EJA existe uma identidade peculiar, que o diferencia no campo do estudo das juventudes? A premissa matricial neste tópico é categorizar este sujeito, identificando-o a partir das construções teórica-conceituais já produzidas.

Para Arroyo (2015), independente do tempo histórico que se acesse a EJA ela sempre nos apresentará o mesmo coletivo de sujeitos, frutos dos mesmos processos de desigualdades, “pobres, desempregados, na economia informal, negros, nos limites da sobrevivência. São jovens e adultos populares. Fazem parte dos mesmos coletivos sociais, raciais, étnicos, culturais. O nome genérico: educação de jovens e adultos oculta essas identidades coletivas.

Partimos da categorização de Arroyo (idem), de pertencimento de classe e outra da objetivação enquanto sujeitos de direitos e por isso mesmo merecendo por direito a visibilidade necessária para sobre sua própria vulnerabilidade, não apenas para “acolhe-los”, mas com o “olhar mais abrangente” entendendo seus tempos de vida e as peculiaridades que suas realidades impõem, a fim de garantir políticas afirmativas e principalmente que sua escolarização seja convergente à suas vidas.

Na trilha da Juvenilização da EJA: em percurso

O fenômeno da juvenilização tem um marco histórico e legal - Resolução CNE/CEB Nº 03/2010, mas dados apontam que ele antecede ao documento, sendo apenas alargado o lastro etário por ocasião da legitimação do acesso.



De acordo com o Anuário Brasileiro da Educação Básica 2017, o Brasil conta com cerca de 3,5 milhões de pessoas matriculadas EJA. Porém, cerca de 1 milhão desses estudantes ainda estão em idade escolar: 30% das matrículas de EJA do Brasil são de jovens com idades entre 15 e 19 anos e se contabilizar até 24 anos atinge-se o percentual na média de 42% de jovens na EJA. Em 2007, eles somavam o percentual 26% dos estudantes das redes públicas, confirmando o fenômeno da juvenilização na EJA. No *locus* deste estudo, as análises preliminares apontam a coerência do objeto investigado, num recorte 2011 até 2015, naquela escola, foi apresentado progressivo aumento de jovens na EJA, quantificados por meios dos dados de matrículas no período em percentuais, a saber:

2011	2012	2013	2014 ³	2015	2016
73,40	74,39	74,53	X	75,17	78,73

Fonte: Sistema Gestor Escolar da E.M.E.F.I.R.T, 2017

A constatação desses dados na realidade de escola periférica investigada, inseridas no contexto da Amazônia urbana, em particular da cidade de Castanhal, que se apresenta em transição de cidade rural/polo agropecuário para a consolidação como polo comercial inserido na Região Metropolitana III, pode nos dar revelar elementos propositivos para reconfiguração da EJA e o atendimento de seus sujeitos.

Conclusão

Ao apresentar descritivamente o percurso histórico da EJA e os entrelaçamentos teóricos e conceituais necessários às questões sobre a juventude e o fenômeno da juvenilização da EJA, por meio da reescrita intermitente, amadurecida pela leitura e releitura de tantos escritos, densos ou fluidos, mas todos sob as lentes do olhar investigativo gerou inevitavelmente uma aproximação como tema/objeto até então não sentida. Ficou claro que tanto o construto desse trabalho, como os resultados, incidirão diretamente sobre as vivências, saberes e práticas, construídos no fazer pedagógico desta descritora, cuja inspiração à investigação surge das experiências docentes na EJA. Cabe apenas, e ainda, registrar o inquietante anseio de conhecer o que estudo investigativo ainda tem para me revelar.

³ Em virtude de reforma do prédio, em 2014 o funcionamento foi atípico, portanto foram contabilizamos.



Referências

ARROYO, Miguel G. **Educação de Jovens e adultos: um campo de direitos e de responsabilidade pública**. In: SOARES, Leôncio; GIOVANETTI, Maria A.; GOMES, Nilma L. (Org.). Diálogos na educação de jovens e adultos. Belo Horizonte: Autêntica, 4ª ed. 2015

BARRETO, Carla Alessandra. **A política Nacional da Juventude: Assistencialismo ou inovação?** 2012. 254f. Tese (Doutorado). Universidade Estadual Paulista. Araraquara-SP.

BRASIL. Ministério de Educação e Cultura. **LDB - Lei nº 9394/96**, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da Educação Nacional. Brasília MEC, 1996.

CARRANO, P. C. R. **Educação de jovens e adultos e juventude: o desafio de compreender os sentidos da presença dos jovens na escola da “segunda chance”**. Revista de Educação de Jovens e Adultos, Belo Horizonte, v.1, n. 0, p. 55-67, ago. 2007. Disponível em: <<http://www.reveja.com.br>>. Acesso em: agosto de 2017.

GADOTTI, Moacyr. **Lições de Freire**. Revista Educação Sociedade & Cultura nº 10, 1998, 111-112 Disponível em <http://www.fpce.up.pt/ciie/revistaesc/> Acesso em: julho de 2017.

GROPPO, Luís Antônio. **Teorias críticas da juventude: geração, moratória social e subculturas juvenis**. Educação em Revista, Belo Horizonte, v. 45. p. 197-221. jun. 2007 <http://www.scielo.br/pdf/edur/n45/a11n45.pdf>>. Acesso agosto de 2017.

HADDAD, Sérgio. (Coord.) **O estado da arte das pesquisas em Educação de Jovens e Adultos no Brasil**. São Paulo: Educativa, 2000. Disponível: <http://www.bdae.org.br/dspace/bitstream/.pdf> acesso em março de 2017.

PEREGRINO, Mônica. **“Juventude, trabalho e escola: elementos para análise de uma posição social fecunda”**. Cadernos Cedes. Campinas, 2011, v. 31, n. 84, p. 275-29. Disponível em:< <http://www.scielo.br/pdf/ccedes/v31n84/a07v31n84.pdf>>. Acessado em: junho de 2017

MARGULIS. MARIO; URRESTI, M. **Juventud é más que una palabra**. http://perio.unlp.edu.ar/teorias/index_archivos/margulis_la_juventud.pdf acesso em julho de 2017

PEREGRINO, Mônica. **Desigualdade numa escola em mudança: Trajetórias e embates na escolarização pública de jovens pobres**. 2006. 336f. Tese de doutorado. http://www.uff.br/pos_educacao/joomla/images/stories/Teses/peregrinot2006.pdf>. Acessado em junho de 2017

SAVIANI, Demerval. **História das idéias pedagógicas no Brasil**. Campinas: Autores Associados, 2º ed. 2008.